

MATERIALISMO HISTÓRICO E A CULTURA POLÍTICA NO BRASIL

Elizabeth F. Dorneles¹

Início a apresentação do trabalho com uma afirmação que fiz na introdução da tese. Disse: “A condição para produzir este texto foi de nos deixarmos tomar pela vida enquanto totalidade habitada pelas coisas de aparência trivial; deixarmo-nos levar por isso tem sido um sintoma da filiação à Análise de Discurso - AD, fundada por Michel Pêcheux. Essa filiação leva o analista a ter como pressuposto a rejeição às dicotomias, as separações rígidas entre elementos co-constitutivos.” E hoje estou mobilizada para esse olhar, exatamente por ter visualizado na rua uma ação onde a categoria totalidade não é considerada. Há uma tomada da parte pelo todo e o esquecimento de que o que se apresenta é o efeito, a realidade, produzida dialeticamente com a contribuição desses que aí estão tentando negar sua responsabilidade na construção da realidade política, econômica e social em que o país se encontra.

Quero lembrar ainda que fui mobilizada para essa reflexão a partir dos atos truculentos expostos pelos meios midiáticos acerca da rejeição dos manifestantes de rua aos resultados da eleição presidencial de 2014. Na rua o verde-amarelo combate o vermelho com fúria desmedida. Uma ironia, pois inscrevem os primeiros exatamente na memória discursiva dos que, numa perspectiva histórica constituída por eles, estariam os “comunistas”. Interessante que, na busca pelo sentido de revolucionário, Mézáros (2012, p. 57-64) nos mostra que, a partir de um processador de texto, instrumento que opera pela “objetividade” absoluta temos o oposto disso que fazem os de verde-amarelo. Essa busca constatou um registro sintético encaminhando sempre para caracterização do sujeito “enfurecido, extremista, fanático, radical, ultra” que merece atenção por parte do poder judiciário e das

¹ Doutora em Letras pelo PPG Letras/UFRGS, concentração em Teorias do Texto e do Discurso. Docente do PPG Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta, membro dos Grupos de Pesquisa GEPELC, Oficinas de AD: conceitos em movimento e GEPAD. E-mail: edorneles@unicruz.edu.br

autoridades penitenciárias, enquanto que para conservador e liberal há uma gama de características positivas. O autor brinca indagando se não teriam esquecido os adjetivos “heroico e santo”.

A já consagrada máxima dos analistas de discurso filiados à AD: os sentidos não são dados a priori, eles se constituem nesse amálgama onde condições de produção, sujeito e linguagem operam. Homens e sentidos se movimentam e por isso mesmo as palavras jogadas pelos megafones e esparramadas pelas tintas nas faixas pré-fabricadas em série constituem apenas um recorte da realidade política brasileira.

Nesse recorte está a memória que toma como discurso fundador da rejeição a filosofia marxista, com o materialismo e o socialismo utópico e talvez, por um incapacidade dialética premeditada, a palavra comunismo. Já que no Brasil, é o medo do comunismo que tem justificado algumas reviravoltas antidemocráticas e às vezes até pseudo-reformas favoráveis aos que não compõem a burguesia, como foi o caso da Reforma Agrária feito por atos dos ditadores militares, na década de 60. Tudo tão claro, com aparência angelical colocada contra esse demônio vestido de vermelho que chegaria da ilha dos irmãos Castro. A “coisa em si” não tem mistérios ela apenas precisa ser combatida porque pode produzir a corrosão dos privilégios de minorias economicamente favorecidas. Não se pode deixá-la mover-se porque é no movimento que a essência da realidade social pode desvelar-se. O importante é representar/apresentar e combater quem ousa trabalhar em busca das contradições constitutivas dessa realidade.

E nesse sentido, as ruas são palco para apresentação da Nação como que descolada das práticas culturais políticas. Os manifestantes colocam-se como um núcleo para o qual o Estado deve convergir. Há o esquecimento de que a constituição da nacionalidade está transpassada pela memória das práticas discursivas que deslocavam e deslocam sentidos de princípios, por exemplo, republicanos sempre que fosse necessário garantir espaços de poder para que a oligarquia pudesse legislar em causa própria.

Lembro aqui que as designações, monarquistas e republicanos, no Século XIX, de acordo com SCHWARCZ & STARLING (2015), não significam adesão aos

princípios de cada uma. Para as autoras, a elite paulistana via na atuação do monarca um perigo, pois esse mostrava-se simpático à abolição da escravatura. Dessa forma, faziam oposição à monarquia em uma aliança solidária com os fazendeiros do oeste paulistano, todos eles proprietários de escravos. Sentidos para uma ou outra designação estavam atrelados sempre às condições de produção capitalista.

Prevalecem então as separações entre o Estado e a Nação apenas como pano de fundo falso para que se situando num ou noutro possa atuar em busca da totalidade dos interesses que, de acordo com Baquero (2011), estão na base da constituição da cultura política, a qual deveria se dar pela convergência de princípios como a legalidade, responsabilidade e transparência. Entretanto, se mostra como espaço onde esses princípios são violados. São dois universos separados por uma falsa fronteira que se pode atravessar sem passar pela revista quando assim for conveniente e que se pode ainda dividir com barreiras, fronteiras rígidas quando assim for necessário. Na linha de raciocínio que estamos indo, são essas partições oportunistas que colocam na rua bandeiras, panelas e patriotas de verde-amarelo

Andando na trilha dos discursos cabe lembrar que nossa filiação à AD nós permite olhar para a coisa em si e fazê-la mover-se em todas as direções exatamente porque há um arcabouço teórico que se sustenta no marxismo. Por outro lado, observamos que as discursividades acerca do marxismo, “comunismo” que, a partir da primeira metade do Século XX, se instala em parte da Europa e chega à América Central, Cuba, provocam no Brasil a resistência ao Materialismo Histórico. Como se o óbvio fosse a verdade manifestada na construção de resistência à Ideologia, entretanto aos descamar-se a espessura discursiva vamos movendo uma construção histórica da sociedade brasileira onde a possibilidade de análise dialética assusta exatamente por poder trazer à superfície aquilo que não pode e não deve ser dito.

Em nossos estudos da epistemologia da AD constatamos que a base teórica do Materialismo para a AD é Althusser que foi introduzido no país durante a ditadura militar. Esse fato produz ressonâncias discursivas presentes no discurso de resistência. Escobar (1979) mostra que as contribuições althusserianas para os

estudos do materialismo foram confundidos com pregação comunista. O autor ainda nos aponta para a produção acadêmica de intelectuais conservadores na qual faziam resistência à introdução das ideias marxistas na academia.

Por outro lado, sabemos que a teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado, texto que mais circulou no Brasil, ao situar a reprodução ideológica nas práticas onde não se concebe separação entre superestrutura e infraestrutura, coloca a produção econômica, o capital, lado a lado com a reprodução das condições sociais a que está submetida grande parte da população brasileira. E é nesse espaço que vislumbro a categoria marxista da totalidade como o grande fundamento da disciplina de interpretação que não admite separação na análise do movimento entre as duas estruturas. Como diz o autor da Dialética do Concreto, o pensamento dialético:

É um processo de *concretização* que precede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; e justamente neste processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento *recíproco* e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade... A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se *cria a si mesmo* na interação das partes. (KOSIK, 1976, p.42)

Como já se sabe e mencionei, a Ideologia desempenha papel importante não só na teoria, mas também, no caso das manifestações de rua que motivam essa reflexão. A própria rejeição ao caráter político-partidário do movimento “Fora Dilma, Fora políticos” é um efeito ideológico, onde se escamoteia a interpretação da realidade como totalidade. O funcionamento desses discursos está diretamente relacionado à tentativa de manter lugares sociais definidos, ou seja, os que são aptos para sustentar a superestrutura e os que devem mover a roda da infraestrutura. Há uma luta discursiva pela anulação do fato de que “o todo se cria a si mesmo na interação das partes”.

Com essa ressalva acerca da Ideologia quero manter na minha análise o reconhecimento da sua importância, mas quero salientar que a categoria da totalidade para a AD está mais presente na construção da disciplina. O modo como

Michel Pêcheux, ainda Thomas Herbert, trata da impossível ruptura entre prática empírica e prática ideológica, em “Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente da Psicologia Social”, é um ponto teórico inicial importante para que comecemos a entender a obstinação do filósofo pela interpretação do real, a construção da realidade, pela categoria da totalidade. Lembremo-nos de que naquele texto ele trabalha fazendo a interpolação entre prática empírica, ideológica e teórica. Faz o percurso de modo que chega a nos mostrar que toda a prática técnica ou o produto dela decorrente traz junto o social e, conseqüentemente o ideológico. Ele diz

a prática técnica se efetua tendo em vista o produto, ou dito de outra forma, que a técnica tem uma estrutura teológica externa; ela vem preencher um desejo, uma falta, uma demanda que se define fora da própria técnica. O lugar onde se define a falta que indicará a sua função em relação a esta técnica particular *não é* esta técnica, mas o todo organizado da própria prática social, quer dizer, em primeiro lugar, o modo de produção tal como o definimos. (HERBERT, 2012, p.28)

A continuidade entre as três práticas defendida por Thomas Herbert abre espaço para que a questão do descaso “científico” com as ciências sociais possa ser explicitada, pois está exatamente nelas a condição para trazer o social, o ideológico, como partícipes da construção das verdades ou da realidade acerca da interpretação do universo, considerado, nessas dicotomias, como apenas território exploratório das ciências exatas. Ouso dizer que exatamente nesse gesto de negação da presença do social está a resistência à ideologia funcionando como mecanismo de preservação de espaço de poder para aquilo que parece “tão claro, tão óbvio, por ser demonstrável sem nenhum traço da subjetividade.” Essa última tão desprezada por quem busca escamotear a presença do político em todas as práticas sociais.

Assim estar na rua no Brasil em 2014, 2015, é estar apenas lutando contra adversários que todo mundo abomina: inflação, corrupção, carga tributária excessiva, desemprego. Tudo demonstrável por cifras e dados objetivos que se estampam nas telas e nos folhetins cuja verdade, como bem ironizou Luis Fernando Veríssimo, está apenas na data da edição. Onde estão e como são explicitadas as relações dialéticas entre os demais componentes dessa realidade? Constoi-se uma

“realidade que não tem mais consistência do que um sonho”. (PÊCHEUX, 1995, p.68)

Estamos avançando alguns anos na construção teórica de Michel Pêcheux. Cabe então lembrar que a sua crítica às teorias linguísticas toma com pressuposto a dicotomia entre a ciência e a filosofia, ou entre a prática científica e a prática social. Faz sua construção tomando como questão fundamental o lugar da Semântica na Linguística. Já no início do texto, ele nos mostra que se a Semântica é o ponto nodal da Linguística é porque ela tem a ver com a “Filosofia (e, como veremos, com a *ciência das formações sociais ou materialismo histórico, mais adiante*)”. (PÊCHEUX, 1995, p.20). Considera então que terá que colocar a Linguística na Filosofia e a Filosofia na Linguística.

Assim como já tinha feito com a questão das práticas técnica, científica e ideológica trata de nos apontar a inexistência nas teorias linguísticas da consideração ao movimento dialético ciência/filosofia que possibilite construir realidade analítica a partir das teorias onde o social, o ideológico e o científico do sistema dessem conta de uma materialidade linguística e não apenas de uma abstração. Discorre ainda sobre a contradição que se instala exatamente por essa separação entre o sistema, a ciência, e filosofia. O ponto onde ambas se movem e produzem efeitos, a interpretação da realidade, é o que a AD irá perseguir.

Ainda tentando situar as contradições geradas pelas abordagens da linguística onde prevalecem dicotomias, Pêcheux (1995) mostra o quanto a manutenção da separação lógica/retórica, no nosso entendimento, ciência/prática linguística, está a serviço do ideológico, preenchendo diversas funções na sociedade capitalista. Ele situa algumas delas, destacamos uma:

-na base econômica, no próprio interior das condições materiais de produção capitalista: necessidades da organização do trabalho, da mecanização e da estandarização que impõe uma *comunicação* sem equívocos – clareza “lógica” das instruções e diretivas, propriedade dos temas utilizados, etc. – comunicação que é, ao mesmo tempo, através da divisão social-técnica do trabalho, uma *não-comunicação* que separa os trabalhadores da organização da produção e os submete à “retórica” do comando; (PÊCHEUX, 1995, P.26)

A divisão oportuniza a manutenção dos lugares sociais exatamente pela diminuição das condições para a tomada de posição pelas práticas teóricas. É exatamente pela língua que os sujeitos ficam presos a um mesmo lugar na formação social capitalista. O poder retórico e político, por exemplo, de um presidente do país, tem que ser anulado porque ele ainda não se apropriou da pressuposta lógica capaz de orientar suas manifestações linguageiras segundo os princípios da “clareza e da objetividade”.

As noções fundamentais, os procedimentos teórico-metodológicos da AD carregam essa obstinação pecheutiana pela anulação das separações entre ciência/filosofia; prática científica/prática social; ciência/ideologia e muitas vezes não nos damos conta que o que se evidencia aí é a categoria marxista da totalidade. Isso que como tão bem diz Kosik (1976, p.35) “significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido.”

Então o olhar do analista para as manifestações de rua tenta interpretá-las exatamente no ponto onde falha a dialética, na movência do todo para a construção de uma outra realidade, e instala-se o ódio e a intolerância para barrar o outro, os outros sentidos sempre possíveis.

REFERÊNCIAS

ESCOBAR, Carlos Henrique. **Quem tem medo de Louis Althusser ?** Revista Leia livros : jun/1979. Captado em : www.achegas.net/numero/44/carlos_escobar_44.pdf 8 de setembro 2015.

HERBERT, Thomas [PÊCHEUX, Michel]. Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente da Psicologia Social. Tradução de: Mariza Vieira da Silva e Laura A. Perrella Parisi. In: ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. 3 ed. Campinas: Pontes, 2012. p 21-53.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de : Célia Neves e Alderico Toríbio. 2.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução de : Magda Lopes e Paulo Cesar Castanheira. São Paulo ; Boitempo, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso : uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução de Eni P.Orlandi et alii. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1993. p.61-161. Tradução de: *Les vérités de la Palice*.

SCHWARCZ, Lilia M. & STARLING, Heloisa M. **Brasil : uma biografia.** São Paulo : Companhia das Letras, 2015.